

Lavina Pereira da Silva

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

[GT 18: Currículo, Práticas e Experiências no Ensino de Sociologia na
Amazônia]

O Ensino de Sociologia na Região do Bico do Papagaio, Norte de Tocantins:
perspectivas e possibilidades a partir da prática docente

Belém, Pará

2025

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, NORTE DE TOCANTINS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE

Lavina Pereira da Silva¹

Cloves Barbosa²

Rosivane Santana da Silva³

Thaize Bianca Figueiredo de Souza⁴

RESUMO

O presente debate parte da necessidade de tornar mais visíveis as construções e especificidades do ensino de Sociologia, uma região marcada por contextos sociais próprios e uma trajetória histórica singular. O objetivo geral do trabalho é refletir se o ensino de Sociologia na região amazônica do Tocantins tem incorporado as especificidades socioculturais e territoriais da região, considerando os limites dos currículos oficiais. Os objetivos específicos incluem: contextualizar a região amazônica como espaço geográfico e sociocultural singular, destacando seus desafios históricos e estruturais no campo educacional; investigar, a partir da literatura, se a diversidade sociocultural da Amazônia tocaninense com ênfase na representatividade das comunidades tradicionais tem sido pauta no ensino de Sociologia e identificar propostas e práticas pedagógicas que contribuam para a construção de um ensino de Sociologia mais contextualizado e alinhado à realidade amazônica. A relevância dessa discussão reside no fato de que as manifestações culturais da Amazônia no ensino de Sociologia são imprescindíveis para a compreensão das relações humanas em seus contextos específicos. Neste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa com foco na pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa apontam que a criação de uma disciplina eletiva voltada à cultura amazônica representa uma resposta concreta de representatividade das comunidades tradicionais fortalecendo o ensino de Sociologia.

Palavras-chave: Amazônia. Conhecimento. Sociológico Escolar. Cultura.

INTRODUÇÃO

O presente debate parte da necessidade de tornar mais visíveis as construções e especificidades do ensino de Sociologia, uma região marcada por contextos sociais próprios e uma trajetória histórica singular.

¹ Mestranda do PROFSOCIO da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, lavinasilva131@email.com;

² Dr. Em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP, professor do PROFSOCIO UNIFESSPA, cloves@unifesspa.edu.br;

³ Mestrando do Curso do PROFSOCIO da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, srosivane13@gmail.com;

⁴ Doutor pelo Curso de do PROFSOCIO da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, thaizebianca@gmail.com;

Propomos, assim, refletir sobre as práticas e experiências docentes desenvolvidas na Amazônia, considerando sua distinção em relação a outras regiões do país, a formação dos/as profissionais da área e sua articulação com as demandas atuais. O ensino de Sociologia na Amazônia é compreendido como um espaço de formação crítica e cidadã. Nesse cenário, o GT se estrutura como um convite à produção de diálogos instigantes, acolhendo proposições criativas e situadas, capazes de fortalecer uma cena sociológica amazônica. O intuito é fomentar a construção de novas vozes e olhares que contribuam para o reconhecimento da diversidade e da potência sociológica produzida na região. Dessa forma, pretendemos responder à seguinte problemática: o ensino de Sociologia na região amazônica tem incorporado às especificidades socioculturais e territoriais da região, considerando os limites dos currículos oficiais e as possibilidades de construção de práticas pedagógicas contextualizadas?

O objetivo geral do trabalho é refletir se o ensino de Sociologia na região amazônica do Tocantins tem incorporado as especificidades socioculturais e territoriais da região do Bico do Papagaio, considerando os limites dos currículos oficiais. Os objetivos específicos incluem: contextualizar a região amazônica como espaço geográfico e sociocultural singular, destacando seus desafios históricos e estruturais no campo educacional; investigar, a partir da literatura, se a diversidade sociocultural da Amazônia com ênfase na representatividade das comunidades tradicionais tem sido pauta no ensino de Sociologia e identificar propostas e práticas pedagógicas que contribuam para a construção de um ensino de Sociologia mais contextualizado e alinhado à realidade amazônica.

A exclusão dos saberes e expressões culturais da Amazônia nos currículos escolares compromete a formação crítica dos estudantes, ao silenciar a diversidade étnica, linguística e territorial da região (OLIVEIRA et al., 2024). Nesse sentido, o estudo fortalece a defesa de um currículo plural, engajado com a justiça social e atento às realidades amazônicas, contribuindo para a formação de educadores/as sensíveis às dinâmicas locais e para o avanço do debate acadêmico sobre educação na região (KOCHEN, 2023).

A cultura amazônica no contexto escolar, especialmente nas aulas de Sociologia, configura-se como uma necessidade urgente diante da invisibilização histórica dos saberes, das práticas e das expressões culturais dos povos da Amazônia. A região, marcada por uma diversidade étnica, linguística e territorial, tem sido sistematicamente excluída dos currículos escolares, o que evidencia um processo de apagamento simbólico e pedagógico (OLIVEIRA et al., 2024).

Nesse cenário, a pesquisa justifica-se por buscar caminhos para romper com a lógica curricular que marginaliza as realidades locais, propondo práticas educativas que valorizem o território e os/as sujeitos/as que o habitam. A relevância dessa discussão reside no papel da escola enquanto espaço de formação cidadã e crítica. Ignorar as manifestações culturais da Amazônia, o ensino de Sociologia deixa de cumprir sua função social de promover a compreensão das relações humanas em seus contextos específicos (OLIVEIRA et al., 2024).

Por fim, esta reflexão também possui relevância acadêmica, ao ampliar o debate sobre os currículos escolares e suas limitações diante das especificidades territoriais. A partir do cruzamento entre Sociologia e literatura regional, evidencia-se que é possível construir práticas educativas comprometidas com a justiça social e com a valorização das vozes silenciadas historicamente (KOCHEN, 2023). Assim, esta pesquisa contribui não apenas para o campo da educação, mas também para o fortalecimento de uma perspectiva crítica e situada sobre o fazer pedagógico na Amazônia.

METODOLOGIA

Neste trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa, tendo como eixo metodológico a pesquisa bibliográfica. A escolha permitiu a exploração de contribuições teóricas relevantes sobre o ensino de Sociologia no contexto amazônico, com atenção especial às práticas pedagógicas que consideram as especificidades culturais, sociais e territoriais da região. A metodologia qualitativa favorece a compreensão de processos educativos a partir de múltiplas interpretações, valorizando os sentidos atribuídos às experiências docentes e ao currículo escolar em territórios marcados por diversidade e exclusão histórica. A investigação concentrou-se na identificação de propostas curriculares da SEDUC/TO, experiências de ensino e produções teóricas que promovem o diálogo entre a Sociologia e a cultura amazônica.

O objetivo foi compreender como as escolas da região do Bico do Papagaio/TO têm incorporado, ou negligenciado elementos culturais locais nas práticas pedagógicas e nos materiais utilizados. Para isso, foram consultados artigos científicos que discutem a presença da cultura amazônica no ambiente escolar e a relevância de abordagens pedagógicas contextualizadas para a formação cidadã dos/as estudantes. Entre os recursos utilizados na pesquisa, destaca-se a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online, dos últimos 5 anos, que proporcionou acesso a publicações atualizadas e com reconhecida relevância acadêmica. A seleção do material foi orientada por palavras-chave como “ensino

de Sociologia”, “currículo e diversidade cultural”, “comunidades tradicionais” e “Amazônia”. Esses termos nortearam o levantamento de textos que dialogam com os objetivos do estudo, contribuindo para a construção de um referencial teórico coerente com a realidade regional e com as necessidades formativas dos/as sujeitos/as envolvidos no processo educativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Amazônia Legal, composta por nove estados e 775 municípios, abrange 59% do território brasileiro e abriga cerca de 20,3 milhões de habitantes, dos quais 31,1% residem na zona rural (SOARES et al. 2020). A vasta extensão territorial e a diversidade de seus povos e ecossistemas tornam a região singular, exigindo políticas públicas específicas que reconheçam suas particularidades.

A Amazônia, especialmente o meio norte do país, área de transição entre a floresta amazônica e o semiárido, abriga comunidades que enfrentam, cotidianamente, o avanço de processos de destruição de seus bens comuns e de seus modos tradicionais de vida. É na região do Bico do Papagaio no norte do Estado de Tocantins que atuam as mulheres quebradeiras de coco babaçu, cujas práticas de uso comum das palmeiras têm sido fundamentais para a conservação da floresta, para a economia familiar e para a manutenção das relações econômicas, sociais e culturais. Apesar da tentativa histórica de apagamento de seus modos de vida, essas mulheres seguem reivindicando seu direito à terra, ao território e à existência, em meio a conflitos socioambientais agravados nas últimas décadas (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021; SILVA, 2024).

Dentro desse contexto plural, emergem realidades locais marcadas por intensos processos históricos de apropriação de terras e destruição de recursos naturais, acompanhados da luta dos povos da floresta pela preservação de seus territórios e modos de vida. A política de desenvolvimento imposta na Amazônia, sobretudo a partir dos anos 1970, privilegiou a expansão da fronteira agrícola e grandes obras de infraestrutura, gerando um cenário de desmatamento e conflitos fundiários (SILVA, 2024).

A floresta de babaçu constitui um dos bens comuns constantemente ameaçados pelos processos de cercamento e apropriação ilegal de terras. Está presente em diversos municípios do Maranhão, norte do Tocantins, sudoeste do Pará e nordeste do Piauí, áreas de atuação direta das quebradeiras de coco organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Nesses territórios, o extrativismo do babaçu é mantido majoritariamente por mulheres, que exercem a atividade na condição de ocupantes, posseiras,

arrendatárias ou parceiras, de acordo com a classificação do IBGE (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021).

As mulheres quebradeiras de coco babaçu tem um papel imprescindível na conservação da floresta e na manutenção de suas famílias. Segundo levantamento do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), essas mulheres atuam em diversos municípios, enfrentando desafios como cercamentos ilegais, violência fundiária e a crescente substituição da floresta por monoculturas (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021). As práticas envolvem o uso coletivo de recursos naturais e são construídas a partir de uma lógica que difere da racionalidade privatista do mercado. A quebra do coco babaçu, realizada majoritariamente por mulheres, é um exemplo dessa prática. Ela permite o compartilhamento do território, do conhecimento e dos frutos, ressignificando a relação entre o ser humano e a natureza (SILVA, 2024).

A dissertação de Silva (2024), desenvolvida a partir da pesquisa feita no povoado Piaçava, município de Nazaré/TO, investigou a experiência e/ou os modos de vida de oito mulheres quebradeiras de coco com idades entre 60 e 87 anos, por meio da metodologia da história oral. O estudo ressaltou que o extrativismo do babaçu foi, durante décadas, a principal fonte de renda dessas mulheres, assegurando a educação dos/as filhos/as e a manutenção de seus lares. O conceito de território nos babaçuais é compreendido um espaço simbólico e afetivo, tecido pelas relações de pertencimento e práticas cotidianas. É importante ressaltar que o território deve ser entendido também em sua dimensão cultural e de resistência, pois constitui-se a partir dos usos sociais e políticos da terra.

A territorialidade construída pelas quebradeiras de coco expressa-se, por exemplo, na relação ancestral com o babaçu e na transmissão intergeracional de saberes. As mulheres aprendem desde a infância a reconhecer as palmeiras, extrair o coco, produzir azeite e utilizar cada parte da planta, do tronco ao mesocarpo em práticas alimentares, medicinais e religiosas (SILVA, 2024).

Na análise de Shiraishi Neto e Lima (2021), os conflitos socioambientais enfrentados pelas quebradeiras de coco intensificaram-se a partir da década de 1980, com a intensificação do cercamento dos babaçuais para atividades agropecuárias e monoculturas. Nesse contexto, o surgimento do MIQCB representa uma resposta organizada às violações de direitos e à tentativa de extinguir práticas comunitárias. O MIQCB foi fundado como reação à omissão dos sindicatos rurais em representar as demandas específicas das mulheres quebradeiras. A partir de então, o movimento passou a elaborar estratégias políticas e jurídicas, como a luta pela aprovação de leis estaduais que garantem o acesso livre às palmeiras de babaçu, como a

Lei do Babaçu Livre, vigente em alguns municípios do Maranhão (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021). E

Essas leis são mecanismos de proteção das práticas do comum e de valorização da economia do babaçu. Em 2009, foi fundada a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB), com o objetivo de organizar a produção e a comercialização de seus produtos, promovendo autonomia e fortalecendo a identidade cultural das quebradeiras (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021).

Silva (2024) destaca que, mesmo diante de obstáculos como a devastação ambiental e a desvalorização do extrativismo tradicional, as mulheres quebradeiras seguem reafirmando sua existência por meio das práticas cotidianas. No povoado Piaçava município de Nazaré/TO, elas resistem à expropriação e mantêm viva a memória do uso coletivo da terra, apesar da crescente conversão de babaçuais em pastagens. A autora também destaca que a quebra de coco permitiu às mulheres garantir a escolarização de seus/as filhos/as, a compra de utensílios domésticos e a manutenção das casas. Os dados mostram que o extrativismo, longe de ser resquício do passado, permanece ativo como estratégia de sobrevivência e de resistência sociopolítica (SILVA, 2024).

No âmbito do ensino e da produção acadêmica, a pesquisa de Silva (2024) representa um avanço ao trazer à tona vozes historicamente silenciadas, como as das mulheres extrativistas do Tocantins. Suas narrativas revelam não apenas a luta pela terra, mas a construção de uma epistemologia própria, baseada na experiência, na oralidade e na resistência cotidiana. A pesquisadora destaca ainda a importância de registrar as “práticas do comum”, entendidas como formas autônomas e ancestrais de organização do trabalho e da vida. Os registros possibilitam a valorização de outras racionalidades que desafiam a lógica capitalista e colonial de exploração da natureza (SILVA, 2024).

A dimensão política do extrativismo das quebradeiras ultrapassa a produção econômica. Trata-se de afirmar modos de existência que colocam no centro o cuidado com a terra, a solidariedade e a preservação da vida. Como afirmam os autores, o comum não é apenas um recurso compartilhado, mas uma forma de ser no mundo (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021).

Nesse sentido, o babaçu não é apenas uma fonte de sustento, mas um elo entre gerações, uma ponte entre o passado e o presente, entre o individual e o coletivo. As palmeiras são tratadas como mães, cuidadoras das famílias, reafirmando uma ética do cuidado e da interdependência entre humanos e natureza (SILVA, 2024).

Os estudos convergem na defesa da valorização dos saberes tradicionais, da proteção dos territórios e da necessidade de políticas públicas específicas. Frente aos desafios ambientais e sociais da atualidade, é urgente reconhecer o papel estratégico das mulheres quebradeiras de coco na manutenção da biodiversidade e na construção de alternativas sustentáveis. No contexto educacional, os indicadores da Amazônia apontam desigualdades persistentes, que desafiam a efetivação do direito à educação como previsto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96).

A realidade do cotidiano escolar na Amazônia é marcada por desafios como a infraestrutura precária, a falta de recursos didáticos e as dificuldades de acesso à formação continuada para os/as professores/as. No entanto, existem iniciativas positivas que ainda de forma tímida vem contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino mais especificamente do ensino de sociologia na Amazonia, a exemplo o Profsocio (Programa de pós-graduação profissional em Sociologia).

Além de Iniciativas de formação de professores/as focadas na interdisciplinaridade e na contextualização do ensino. Embora tais iniciativas não alcance a demanda de atendimento da maioria dos/as profissionais que atual na e/ou nas Amazonas aqueles/as egressos das formações vêm implementando práticas de ensino que contribuem significativamente para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e representativa, que considera as particularidades da Amazônia. O direito à educação, mesmo sendo assegurado legalmente, permanece fragilizado na região, especialmente entre populações ribeirinhas e tradicionais. A atuação limitada do Estado, marcada por ações descontinuadas e pelo predomínio de lógicas urbanocêntricas, tem comprometido o acesso, a permanência e a qualidade do ensino (SOARES et al. 2020).

Segundo Soares et al. (2020), a Amazônia Legal contava com 23.248 estabelecimentos de educação infantil, 33.095 de ensino fundamental e 3.762 de ensino médio. Apesar desses números parecerem expressivos, eles ocultam a realidade de comunidades isoladas, onde o acesso à escola é dificultado por longas distâncias, ausência de transporte adequado e infraestrutura precária. A falta de políticas públicas que considerem as peculiaridades regionais compromete a garantia de uma educação democrática e de qualidade. As escolas ribeirinhas passam por diversas limitações estruturais, como falta de energia elétrica, escassez de materiais didáticos, ausência de merenda escolar regular e prédios improvisados (COSTA, 2021).

A organização em classes multisseriadas, com um único professor/a para alunos/as de diferentes idades e níveis de aprendizagem, agrava os desafios pedagógicos e compromete a aprendizagem. Os dados educacionais revelam uma situação preocupante. Entre 2010 e 2014, os estados do Amazonas e Pará registraram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental, seguidos pelo Maranhão (SOARES et al. 2020), mostrando que as políticas educacionais têm falhado em garantir a permanência dos/as estudantes na escola, especialmente nos territórios mais afastados dos centros urbanos. A evasão escolar está frequentemente associada às condições de vida e trabalho nas comunidades, como a necessidade de ajudar nas atividades da roça e na coleta de açaí. A LDB, em seu Artigo 28, determina que o calendário escolar das escolas do campo deve ser adaptado à realidade local. No entanto, o que se observa nas escolas ribeirinhas é a imposição de currículos urbanos, que ignoram as práticas culturais e os saberes tradicionais. Os/as professores/as relatam a utilização de livros didáticos que não dialogam com a vida nas comunidades, o que torna o processo de ensino-aprendizagem distante e pouco eficaz (COSTA, 2021).

A rotatividade docente é outro obstáculo recorrente, muitos/as professores/as são oriundos da cidade e desconhecem as especificidades locais, o que dificulta o vínculo com os/as alunos/as e compromete a continuidade do trabalho pedagógico. Além disso, há ausência de programas permanentes de formação continuada voltados à realidade amazônica (COSTA, 2021).

O modelo educacional ainda é pautado em diretrizes que reforçam a hegemonia de uma pedagogia tradicional e conservadora. O impacto dessas dificuldades se reflete nos indicadores educacionais da região. A taxa de reprovação no ensino fundamental entre 2010 e 2014 foi mais alta nos estados de Rondônia, Pará e Amazonas (SOARES et al. 2020). Os dados reforçam a urgência de políticas mais efetivas e regionalizadas para combater as desigualdades educacionais. É preciso mais do que investimentos pontuais. Requer o fortalecimento de ações que reconheçam o direito à educação como instrumento de transformação social. A ausência do Estado em áreas remotas, somada ao avanço de políticas neoliberais, tem agravado as condições de vida e dificultado a construção de uma educação emancipadora (SOARES et al. 2020).

Dessa forma, os desafios enfrentados pelas escolas ribeirinhas e pelos sistemas educacionais da Amazônia não decorrem apenas da geografia ou da falta de infraestrutura. Eles são reflexos de um modelo excludente, que desconsidera os contextos locais e prioriza interesses que não dialogam com os/as sujeitos/as amazônicos. Uma reforma educacional efetiva precisa passar pela valorização das culturas locais, pela gestão participativa e pelo

respeito à diversidade sociocultural da região. A Amazônia brasileira é um território de múltiplas identidades culturais, históricas e ambientais, marcado por desigualdades e, ao mesmo tempo, por experiências educativas enraizadas nas práticas e saberes dos povos da floresta. Dessa forma, inserir a cultura amazônica nos processos educativos da própria região, torna-se inevitável refletir sobre o cenário de exclusão histórica em que se encontram essas populações, especialmente no que tange ao reconhecimento de seus modos de vida, linguagens, expressões culturais e territórios (SOARES et al. 2020).

Segundo Sena et al. (2023), a Amazônia abriga a maior bacia hidrográfica do planeta e o maior bioma da humanidade. Entretanto, essa dimensão socioambiental contrasta com a fragilidade estrutural de políticas públicas que atendam às especificidades locais. As experiências com pedagogias alternativas, como a da alternância, representam uma tentativa concreta de ruptura com práticas excludentes.

Conforme apontado por Sena et al. (2023), esse modelo possibilita uma prática educativa emancipatória voltada ao desenvolvimento regional e reconhece os/as sujeitos/as amazônicos como protagonistas de seus processos de formação. A proposta considera a articulação entre os saberes escolares e os saberes da comunidade, promovendo a valorização da cultura local. Ribeiro, Lucio e Almeida (2021) destacam que o ensino de ciências, quando vinculado à Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA), deve contemplar as especificidades do território amazônico e dos povos que nele vivem. Para isso, defendemos a perspectiva do estudo implicado, em que o professor/a-pesquisador/a está comprometido/a com o contexto no qual atua, assumindo que a ciência não é neutra e deve dialogar com as realidades socioculturais. A ausência de um currículo que contemple a cultura amazônica contribui para a reprodução de estereótipos e para o apagamento de saberes ancestrais.

O currículo escolar tradicional, construído sob lógica urbanocêntrica e eurocêntrica, ignora os conhecimentos construídos no interior da floresta, nas margens dos rios, nos babaçuais, nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas (PEREIRA et al., 2022). No caso da língua portuguesa, Pereira et al. (2022) relatam que os gêneros textuais utilizados em sala de aula são, em sua maioria, desvinculados do cotidiano dos estudantes da Amazônia. Essa desconexão entre os materiais didáticos e a realidade local compromete o processo de ensino-aprendizagem e a formação da identidade dos/a alunos/as, que não se veem representados/as nos conteúdos escolares. Ainda segundo os autores, a utilização de gêneros textuais que abordem temas culturais da região amazônica pode funcionar como ferramenta metodológica que possibilita o desenvolvimento de habilidades linguísticas e a valorização das raízes culturais dos/as estudantes/as. As festas tradicionais, lendas, práticas extrativistas,

como a quebra do coco babaçu, e histórias de vida das comunidades são exemplos de conteúdos que contribuem para essa aproximação.

Ribeiro, Lucio e Almeida (2021) enfatizam que o ensino de ciências deve ser problematizador e promover a participação ativa dos/as sujeitos/as. Tal ensino deve considerar a ciência como parte da cultura humana e um instrumento essencial para a cidadania, ao invés de vê-la apenas como uma disciplina técnica ou neutra. A pedagogia da alternância, por sua vez, fundamenta-se na articulação entre o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC), permitindo que o/a estudante vivencie processos formativos tanto no espaço escolar quanto em sua realidade comunitária (SENA et al., 2023), possibilitando a construção de um currículo em movimento, que respeita e incorpora os saberes locais. A abordagem CTSA, propõe um ensino de ciências que vá além dos conteúdos técnicos e considere os impactos ambientais das decisões científicas e tecnológicas, especialmente na Amazônia. Os autores alertam para o risco de reproduzir um modelo de ensino que reforça a ideia da Amazônia como uma subcultura, marcada por atraso e dependência (RIBEIRO; LUCIO; ALMEIDA, 2021).

Para Pereira et al. (2022), o uso da literatura regional em sala de aula é uma forma de fortalecer o sentimento de pertencimento dos/as estudantes. Ao trabalhar com narrativas sobre lendas, rios, florestas, festas e rituais, os/as professores/as não apenas desenvolvem habilidades linguísticas, mas também ajudam a preservar e valorizar a memória coletiva das comunidades. A escola, nesse contexto, não pode ser um instrumento de homogeneização cultural. Ao contrário, ela deve funcionar como espaço de resistência, onde os diferentes modos de vida sejam reconhecidos, respeitados e valorizados.

Na perspectiva do estudo implicado, o/a professor/a deixa de ser apenas um transmissor de conteúdo e passa a ser sujeito/a participante, comprometido/a com os desafios do território. Essa postura rompe com o paradigma da neutralidade científica e valoriza a produção de saberes a partir da realidade amazônica (RIBEIRO; LUCIO; ALMEIDA, 2021).

No contexto amazônico, o protagonismo dos/as jovens alternantes ganha destaque. Conforme Sena et al. (2023), esses/as estudantes participam ativamente da construção dos currículos, indicam temas geradores com base em suas vivências e problematizam a realidade local como parte do processo educativo. A valorização da cultura amazônica torna-se, assim, elemento central na construção do conhecimento. Quando se faz o reconhecimento de que o conhecimento é socialmente situado, a educação passa a assumir um papel transformador. Isso implica não apenas em ensinar sobre a Amazônia, mas ensinar com e a partir da Amazônia, considerando sua diversidade étnica, linguística, cultural e ambiental. Os projetos

educativos devem partir daquilo que o/a jovem conhece, valorizar suas histórias e seus modos de ser. Ao fazer isso, a escola contribui para que os/as estudantes se tornem sujeitos/as críticos/as, capazes de pensar soluções para os problemas locais e de reafirmar sua identidade cultural (SENA et al., 2023).

Como ressaltado por Melo (2017 apud SENA et al., 2023), a presença de elementos locais no currículo fortalece o ethos das comunidades amazônicas e evita que os/as sujeitos/as se sintam culturalmente inferiores. Essa valorização contribui para o empoderamento e para a resistência frente a modelos educacionais homogêneos e excludentes. Nesse sentido, torna-se urgente repensar as políticas curriculares, os materiais didáticos e os programas de formação docente a partir das especificidades da Amazônia. A valorização da cultura local não é um detalhe, mas um caminho essencial para tornar a educação mais justa, democrática e transformadora na região. A cultura amazônica, em toda sua complexidade e pluralidade, constitui elemento essencial na formação social e histórica dos/as sujeitos/as que habitam a região. Se for ignorada ou tratada de forma superficial nos currículos escolares, compromete-se o direito à identidade, e o processo de construção crítica que a Sociologia propõe.

Reconhecer essa ausência, torna-se evidente a urgência de uma abordagem pedagógica que insira as culturas locais como parte ativa do conhecimento sociológico. As escolas na Amazônia ainda reproduzem práticas pedagógicas que desconsideram os saberes produzidos pelos povos da floresta, pelas mulheres extrativistas, ribeirinhas, pelos indígenas e pelas populações urbanas da região. Na disciplina de Sociologia, que tem como princípio fundante o estudo das relações sociais, é preciso romper com o distanciamento entre o conteúdo escolar e as realidades vividas pelos/as alunos/as (OLIVEIRA et al., 2024).

Discutir a cultura amazônica em sala de aula, especialmente na disciplina de Sociologia, significa validar a existência de sujeitos/as historicamente invisibilizados/as. A ausência de conteúdos que reflitam os modos de vida, as tradições, as lutas e as expressões culturais da região configura-se como uma exclusão simbólica que nega a centralidade desses saberes na formação social (Kochén, 2023).

A Sociologia como componente curricular tem o potencial de ampliar a visão dos/as estudantes sobre os processos sociais que afetam diretamente suas comunidades. Entretanto, quando descolada do território, a disciplina perde sua capacidade crítica. A Amazônia não pode ser tratada como pano de fundo, mas como um espaço ativo de produção social e cultural (OLIVEIRA et al., 2024). Com a articulação de conteúdos da cultura amazônica às discussões sociológicas, o/a professor/a contribui para a construção de um currículo mais justo e coerente com a realidade. Temas como territorialidade, relações de poder,

pertencimento, identidade e desigualdade podem ser abordados a partir de vivências locais, com base em autores/as e produções da própria região (OLIVEIRA et al., 2024).

A invisibilidade da produção cultural amazônica no espaço escolar não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de uma lógica excludente que historicamente privilegiou produções externas. O processo de silenciamento precisa ser interrompido, e a escola deve assumir o papel de mediadora na valorização dos saberes regionais (KOCHEN, 2023).

A literatura regional, especialmente quando produzida por mulheres, apresenta-se como um potente instrumento de reflexão sobre temas sociológicos. Ao tratar de questões como gênero, identidade, território e ancestralidade, esses textos oferecem subsídios para o debate em sala de aula, contribuindo para a formação cidadã dos/as estudantes (KOCHEN, 2023).

Inserir essas narrativas no ensino de Sociologia permite romper com a centralidade das referências eurocêntricas e urbanas. Em vez disso, valoriza-se uma abordagem que reconhece a Amazônia como produtora de conhecimento, arte e história. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e amplia o olhar crítico dos/as alunos/as (KOCHEN, 2023).

Para que a cultura amazônica seja efetivamente discutida nas aulas, é necessário repensar o planejamento pedagógico, os materiais didáticos e as estratégias de ensino. O uso de textos produzidos por sujeitos/as da região, como os apresentados por Kochen (2023), representa um caminho possível para essa transformação. Os/as estudantes da Amazônia precisam se reconhecer nas aulas de Sociologia, enxergar suas comunidades, suas histórias e seus conflitos representados nas discussões escolares. Quando isso não ocorre, a escola perpetua um modelo de educação que reforça a exclusão e desvaloriza a pluralidade cultural (OLIVEIRA et al., 2024).

A partir da leitura de poemas e textos de autoras amazônicas, Kochen (2023) observou o fortalecimento do interesse dos/as estudantes pela leitura e o desenvolvimento de uma postura crítica em relação à realidade, reforçando o argumento de que a valorização da cultura local tem efeitos concretos sobre o processo de aprendizagem. Não se trata de regionalizar os conteúdos de forma superficial, mas de promover uma educação consolidada no território. A Amazônia não deve ser apenas objeto de estudo, mas fonte de saber, espaço de produção cultural e campo de resistência, especialmente no ensino de Sociologia (OLIVEIRA et al., 2024).

O currículo tradicional pouco dialoga com a diversidade cultural da Amazônia. Nas aulas de Sociologia, a ausência de discussões sobre práticas extrativistas, comunidades quilombolas, povos indígenas e resistências populares impede que os/as alunos/as se

reconheçam nos conteúdos e limita sua compreensão crítica da sociedade (OLIVEIRA et al., 2024). A exclusão da cultura amazônica nos currículos escolares revela-se como uma forma de colonização simbólica. Ao tratar os saberes locais como inferiores ou irrelevantes, a escola reproduz estruturas de dominação que afastam os/as alunos/as de sua própria realidade (OLIVEIRA et al., 2024).

A inserção da cultura amazônica no ensino de Sociologia exige uma postura política e pedagógica comprometida com a justiça social. É necessário que os/as educadores/as se envolvam com as realidades dos/as estudantes e reconheçam o valor dos saberes construídos fora dos centros urbanos e acadêmicos (KOCHEN, 2023).

Tal metodologia precisa ser vista como parte integrante de uma educação democrática. A escola tem o dever de acolher a diversidade e de formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes de seu papel na sociedade, começando pelo reconhecimento de sua identidade territorial e cultural. A proposta de valorização da cultura amazônica no ensino de Sociologia contribui também para o fortalecimento da cidadania ativa. Quando os/as alunos/as percebem que seus modos de vida e suas histórias têm lugar na escola, desenvolvem maior autoestima, pertencimento e vontade de transformar sua realidade (OLIVEIRA et al., 2024). Romper com o silêncio imposto à cultura amazônica no espaço escolar é, portanto, um ato de resistência. A Sociologia pode e deve ser uma aliada nesse processo, pois oferece ferramentas teóricas para a leitura crítica do mundo incorpora os saberes locais em suas práticas pedagógicas. A interdisciplinaridade entre a Sociologia e a literatura amazônica abre caminhos para que os/as estudantes possam refletir sobre temas como opressão, desigualdade, poder e identidade, a partir de sua própria realidade. Isso contribui para uma formação mais profunda e transformadora (KOCHEN, 2023).

A escola, enquanto espaço de formação humana, deve assumir a responsabilidade de reconhecer as vozes silenciadas, dar lugar às narrativas excluídas e contribuir para a valorização dos povos da Amazônia. A valorização passa, necessariamente, pela inserção da cultura local nos conteúdos escolares. Conforme apontam os estudos utilizados, é possível e necessário transformar a forma como a cultura amazônica é abordada nas aulas de Sociologia. Para isso, é fundamental que os/as educadores/as sejam formados/as para reconhecer e utilizar os recursos disponíveis, como as produções literárias regionais, os saberes tradicionais e as experiências comunitárias. Neste sentido, a importância de abordar a cultura amazônica na aula de Sociologia está no compromisso com uma educação que respeita a diversidade e rompe com os silêncios impostos pelo currículo tradicional. Ao fazer isso, a escola se torna

instrumento de valorização da vida, da história e da resistência de todos/as aqueles/as que constroem a Amazônia todos os dias.

Um exemplo é a construção de uma disciplina de eletiva nomeada *cultura, economia e questões sociais na Amazônia a partir dos babaçuais* para estudantes da educação básica da Escola Estadual Piaçava, no município de Nazaré/TO localizada na região Amazônica, mais especificamente no norte de Tocantins território conhecido como Região do Bico do papagaio. A disciplina foi criada a partir da dissertação de mestrado intitulada *Lutas e Resistências de mulheres quebradeiras de coco babaçu: um olhar a partir das práticas dos comuns no povoado Piaçava, Nazaré/TO*, de autoria da professora de educação básica Lavina Silva, egressa do programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCUL/UFNT e mestranda em Sociologia pela UNIFESSPA – PROFSOCIO. A criação da disciplina eletiva intitulada *Cultura, Economia e Questões Sociais na Amazônia a partir dos Babaçuais*, se deu a partir de observações de que as comunidades tradicionais da Amazônia não estão representadas/ contempladas no currículo da educação da SEDUC/TO.

A disciplina está sendo ministrada nas turmas do ensino médio regular e EJA. E ainda no 9º ano do ensino fundamental e assim além de oferecer elementos relacionados aos modos de viver das mulheres extrativistas do coco do coco babaçu oportuniza diversos aprendizados permitindo o entendimento da importância sociocultural, econômica e política da e para a comunidade local além do mais na modalidade de ensino aqui citada esta disciplina também oferece elementos que permitem introduzir estudos ligados à sociologia permitindo assim que educandos/as cheguem no 1º ano do ensino médio com embasamento para melhor entenderem conteúdos ministrados nas aulas da disciplina de sociologia uma vez que esta disciplina só é ofertado nas escolas tocantinenses a partir do ensino médio.

Além da disciplina de eletiva também se encontra em fase de estruturação um caderno pedagógico específico para dá suporte á prática de sala de aula para professores/as de sociologia. Este terá como eixo principal narrativas de mulheres quebradeiras de coco babaçu do povoado Piaçava município de Nazaré Tocantins. Tais narrativas abordam questões socioculturais, econômicas e políticas. As narrativas das mulheres extrativistas do coco babaçu do povoado piaçava representam as demais quebradeiras extrativistas do coco de outros estados e regiões do Brasil, especialmente dos estados do Pará, Maranhão e Piauí.

Desse modo o caderno pedagógico será de suma relevância para o ensino de sociologia no estado do Tocantins e nos diversos estados do Brasil especialmente nos estados e regiões que compõem a região Amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de sociologia na Amazônia apresenta um panorama de desafios e possibilidades. A Amazônia, como um espaço geográfico e cultural único, apresenta uma série de desafios e oportunidades no contexto escolar, especialmente no ensino de sociologia. Portanto se faz necessário a tomada de iniciativas a serem implementadas nos ambientes educacionais da região focando na construção de repertórios que reflitam a diversidade sociocultural e os desafios enfrentados pelas comunidades amazônicas. Os documentos curriculares estaduais têm que passar por revisões para incluir um conteúdo mais contextualizado da sociologia, levando em consideração as especificidades da região amazônica e/ou das Amazonas. Essa textualização envolve: a inclusão de autores/as e obras que tratam diretamente da realidade amazônica; propostas de atividades que incentivem a pesquisa e a vivência dos/as alunos/as no contexto local; a articulação entre teoria e prática, promovendo o aprendizado a partir de experiências reais. Tais mudanças visam melhorar a qualidade do ensino, e valorizar a identidade e a cultura das/os estudantes amazônicos. A presença da cultura amazônica no contexto escolar se mostra necessária diante de um histórico prolongado de silenciamento e exclusão dos saberes produzidos na região.

Ao longo do estudo, foi possível perceber que o ensino de Sociologia, ao não dialogar com as experiências locais, limita-se a uma contextualização genérica e distante da realidade dos/as estudantes da região. O cotidiano das escolas da região, os conflitos socioambientais vividos por comunidades tradicionais e os modos de vida construídos nos territórios florestais revelam um campo fértil para uma prática pedagógica mais conectada com os contextos vividos. As práticas de resistência e organização das quebradeiras de coco babaçu, assim como os estudos produzidos por docentes e pesquisadores/as da região, apontam caminhos para a construção de um ensino comprometido com a diversidade e com a valorização da identidade regional.

A escola, ao incorporar essas experiências, contribui para o fortalecimento do pertencimento, para a preservação de modos de vida ameaçados e para a formação crítica

dos/as estudantes. A realidade sociocultural da Amazônia, marcada por múltiplas formas de exclusão, requer estratégias educativas que reconheçam e incluam suas vozes e territórios. Diante disso, a proposta de criação e consolidação de uma disciplina voltada especificamente às tradições e saberes amazônicos representa uma resposta concreta às lacunas identificadas ao longo da pesquisa. A estruturação desse projeto permitiria o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares, reconhecendo as formas locais de produção de conhecimento como legítimas e necessárias ao processo formativo. A disciplina pode tornar-se um espaço de escuta, memória, construção coletiva e transformação social, resgatando histórias que resistem à margem e que precisam, urgentemente, ocupar o centro do currículo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

COSTA, Eliane Miranda. Escolas Ribeirinhas e Seus Desafios: faces da educação do campo na Amazônia Marajoara. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 384-397, 2021.

KOCHEN, Vera Lucia et al. **Daqui, mas nem sempre por aqui: a literatura amazônica na sala de aula e as mulheres que escrevem**. 2023.

OLIVEIRA, Everson Da Silva et al. Estudos Amazônicos: Uma Análise Da Disciplina Escolar Como Estratégia Para A Abordagem Regional Em Sala De Aula. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 26, n. 1, p. 257-271, 2024.

PEREIRA, Sebastiana Sarges et al. **A cultura amazônica em gêneros textuais: uma ferramenta metodológica para as aulas de língua portuguesa no contexto escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa. 2022.

RIBEIRO, Dayane Negrão Carvalho; LUCIO, Elizabeth Orofino; DE ALMEIDA, Ana Cristina Pimentel Carneiro. Abordagem Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e a perspectiva do estudo implicado no ensino de ciências: um olhar para a Amazônia brasileira. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 17, n. 39, p. 163-179, 2021.

SENA, Poliana Fernandes et al. Educação e pedagogia da alternância na amazônia: o protagonismo e a resistência do jovem alternante. **Revista Inter-Ação**, v. 48, n. 1, p. 200-215, 2023.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins. **Mulheres, práticas de uso comum, cuidado e conservação das florestas de Babaçu na Amazônia**, 2021.

SILVA, Lavina Pereira da. **Lutas e resistências de mulheres quebradeiras de coco babaçu:** um olhar a partir das práticas dos comuns no território dos babaçuais do povoado Piaçava, município de Nazaré/TO. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.

SOARES, Lucas De Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; COLARES, Anselmo Alencar. A efetivação do direito à educação pública na Amazônia: dilemas diante de suas singularidades. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 15, p. 167-183, 2020.